

SOLARGRID HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Solargrid HOLDING S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solargrid HOLDING S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solargrid HOLDING S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Ativo					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.726	5.207	2.335.033	490.814
Contas a receber de clientes	5	-	-	22.792.353	49.105.383
Créditos tributários	6	37.457	37.450	13.481.075	8.429.028
Contas correntes empregados		-	-	1.000	-
Estoques	7	-	-	18.987.684	5.042.317
Adiantamento a fornecedores	8	2.895	3.572	2.895	19.976.758
Instrumentos derivativos		-	-	-	725.354
Outras contas a receber		-	-	303.171	-
		<u>43.078</u>	<u>46.229</u>	<u>57.903.211</u>	<u>83.769.654</u>
Não Circulante					
Despesas antecipadas		41.919	-	91.186	-
Partes relacionadas	9	5.397.222	-	16.367.169	1.405.929
Impostos diferidos		-	-	-	2.028.273
Investimentos em sociedades controladas	10	9.192.425	15.983.159	-	-
Imobilizado	11	-	-	9.095.561	3.530.662
Intagível	11	-	-	23.388	11.371
		<u>14.631.566</u>	<u>15.983.159</u>	<u>25.577.304</u>	<u>6.976.235</u>
Total do ativo		<u>14.674.644</u>	<u>16.029.388</u>	<u>83.480.515</u>	<u>90.745.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	12	44.368	101	14.751.289	11.926.241
Impostos a recolher	13	67	-	4.350.255	2.917.042
Salários e contribuições e previdenciárias		-	-	1.040.353	522.062
Provisões trabalhistas		-	-	498.484	339.733
Empréstimos e financiamentos	14	4.883.822	3.735.448	26.424.440	38.760.277
Provisão para perdas de investimentos		12.399	-	12.399	-
Instrumento derivativo - Hedge		78.955	486.015	78.955	486.015
Contas a pagar - partes relacionadas		-	4.109.949	-	4.109.949
Adiantamento de Clientes	15	7	7	26.746.753	16.979.643
Outras contas a pagar		-	12.399	13.593	19.458
		<u>5.019.617</u>	<u>8.343.919</u>	<u>73.916.520</u>	<u>76.060.420</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	9	4.216.907	0	4.126.338	0
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	7.000.000
		<u>4.216.907</u>	<u>-</u>	<u>4.126.338</u>	<u>7.000.000</u>
Patrimônio líquido	16				
Capital social		10.178.220	10.078.220	10.178.220	10.078.220
Capital social a integralizar		(100.000)	-	(100.000)	-
Prejuízo do período		<u>(4.640.100)</u>	<u>(2.392.751)</u>	<u>(4.640.100)</u>	<u>(2.392.751)</u>
		<u>5.438.120</u>	<u>7.685.469</u>	<u>5.438.120</u>	<u>7.685.469</u>
Patrimônio dos acionistas minoritários		-	-	(463)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>14.674.644</u>	<u>16.029.388</u>	<u>83.480.515</u>	<u>90.745.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	17	-	-	134.931.623	117.697.844
Custo de vendas e serviços	18	-	-	(123.103.681)	(102.538.255)
Lucro bruto		-	-	11.827.942	15.159.589
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras					
despesas operacionais		(102.020)	(19.582)	(7.212.516)	(9.006.165)
Despesas comerciais	19	-	-	(30.242)	-
Despesas tributárias	19	(4.896)	-	(137.808)	-
	19	-	-	(263.767)	-
Outras receitas operacionais		-	3.800	374.679	514.966
Equivalência patrimonial		(1.193.918)	3.481.751	-	-
Resultado antes das receitas					
(despesas) financeiras, líquida e					
impostos		(1.300.834)	3.465.969	4.558.288	6.668.389
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	20	(1.559.867)	(920.051)	(5.581.724)	(3.938.257)
Receitas financeiras	20	587.004	267.433	777.891	627.659
Resultado financeiro líquido		(972.863)	(652.618)	(4.803.833)	(3.310.598)
Resultado antes do imposto de renda					
e da contribuição social	21	(2.273.698)	2.813.351	(2.273.818)	3.357.791
Imposto de renda e contribuição social					
correntes					(544.440)
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos		-	-	(2.028.273)	-
Participação dos acionistas não					
controladores		-	-	120	-
Lucro líquido do período		(2.273.698)	2.813.351	(2.273.698)	2.813.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(2.273.698)	2.813.351	(2.273.698)	2.813.351
Total do resultado abrangente do exercício	(2.273.698)	2.813.351	(2.273.698)	2.813.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Ajuste de exercícios anteriores	Resultados Acumul.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.078.220	-	(2.392.751)	7.685.469
Capital social	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	26.348	(2.273.698)	(2.247.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.078.220	26.348	(2.273.698)	5.438.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	(2.273.698)	2.813.351	(2.273.698)	2.813.351
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa				
Resultados minoritários	-	-	-	-
Depreciação	-	-	263.767	(35.293)
Provisão de juros empréstimos	765.306	77.778	4.671.282	1.453.650
Variação cambial Hedge	407.060	486.015	407.060	(239.339)
Variação cambial	(100.945)	(177.123)	(100.945)	(62.651)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	544.440
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	1.193.919	(3.481.751)	-	-
	(8.358)	(281.730)	2.967.466	4.474.157
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	26.313.029	19.318.281
Estoques	-	-	(13.946.764)	6.482.512
Tributos a recuperar	(7)	-	(3.023.775)	(8.174.076)
Adiantamentos e importações em andamento	(676)	(677)	19.925.858	(15.407.039)
Despesas antecipadas	(41.919)	-	(52.541)	19.751
Parte relacionadas (líquido)	5.504.180	7.669.531	(9.588.157)	(7.353.343)
Fornecedores	-	-	2.791.581	-
Contas a pagar	44.267	101	(450.683)	(47.252.604)
Obrigações fiscais	67	-	1.433.214	2.642.185
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	518.290	710.923
Adiantamento de clientes	-	7	9.767.110	4.756.050
Outras contas a receber	-	-	422.183	-
Outros	0	-	158.750	18.182
	5.505.912	7.668.962	34.268.095	(44.239.179)
Gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.262.698)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	5.497.554	7.387.232	37.235.561	(41.027.720)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Devolução de aporte em investidas	(6.790.734)	(6.155.796)	(6.790.734)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(5.830.818)	(582.768)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimento	(6.790.734)	(6.155.796)	(12.621.552)	(582.768)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	9.008.904	3.731.000	(10.263.727)	50.507.676
Pagamentos de empréstimos - Principal	(7.125.882)	(3.579.188)	(7.125.882)	(15.595.131)
Pagamentos de empréstimos - Juros	(693.266)	(35.124)	(5.481.124)	(547.032)
Liquidação de derivativo	100.944	206.450	100.944	492.113
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	1.290.700	323.139	(22.769.789)	34.857.625
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(2.481)	1.554.575	1.844.219	(6.752.863)
Disponibilidades				
Transações sem efeitos de caixa	-	1.555.870	-	(2.112.222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.207	6.502	490.814	5.131.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.726	5.207	2.335.033	490.814
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(2.481)	1.554.575	1.844.219	(6.752.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

1. Contexto operacional

A Solargrid Holding S.A. é uma Companhia brasileira que tem por objetivo a participação em outras Companhias, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Possui a sede e foro localizada na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na General Rabelo, 43, Gávea.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2024.

2.1.1. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Empresa em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as Companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas a seguir relacionados:

	2023	2022
Solargrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda	99,99%	99,99%

2.1.4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Empresa, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Empresa se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

-
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

e. Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de sistema gerador e bônus contratuais. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

f. Estoque

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g. Ativos fiscais correntes e não correntes

Correspondem aos impostos a recuperar ou a compensar originados no decurso normal das atividades da Empresa. São apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Empresa e seus assessores jurídicos.

I. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tributos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

m. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

– Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e

Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

n. Receita de serviços

A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;

o. **Juros (receita financeira)**

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Empresa e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

p. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “pro rata die” com base no método da taxa de juros efetiva.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Provisão para contingências

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

q. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

r. Adoção das normas internacionais de relatório financeiro (ifrs) novas e revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:

- a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

-
- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Administração da Empresa. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Empresa.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Empresa. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía risco de mercado em suas operações.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía risco de exposição cambial líquida.

(c) Risco de crédito

A Empresa não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais.

as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;

- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	2560	2560
Bancos	10	2.604	612.443	443.642
Total	10	2.604	615.003	446.202
Aplicações Financeiras	2.716	2.603	1.720.030	44.612
Total	2.716	2.603	1.720.030	44.612
Total	2.726	5.207	2.335.033	490.814

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos

Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	-	-	22.792.353	49.105.383
Total	-	-	22.792.353	49.105.383

Os valores registrados nessa rubrica referem-se a bônus contratuais e parcelas de obra já concluídas, que conforme determinado no CPC 17 – Contratos de construção, podem ser mensuradas com confiabilidade e já aprovadas pelo cliente, conforme cláusulas contratuais.

6. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS(i)	-	-	12.519.448	8.163.892
IRRF a recuperar	-	37.450	10.260	88.960
INSS a recuperar	-	-	59.746	-
IR s/ aplicação financeira	7	-	7	-
Pis a recuperar	-	-	136.993	16.500
COFINS a recuperar	-	-	642.545	76.000
Saldo negativo - IRPJ 2022	37.450	-	70.439	-
Outros impostos a recuperar	-	-	41.636	83.676
Total	37.457	37.450	13.481.075	8.429.028

- (i) O crédito de ICMS refere-se a aquisição de componentes do sistema gerador, os quais possuem isenção conforme Convênio ICMS 101/97.

7. Estoques

A rubrica de estoques é constituída principalmente dos saldos de Projetos em Desenvolvimento que foram gastos e que aguardam a medição do cliente para serem faturados e levados a resultado conforme abaixo:

ATIVO	2023	2022
Projetos em desenvolvimento - EPC	18.987.684	5.042.317
Total	18.987.684	5.042.317

8. Adiantamento a fornecedores

Os saldos estão relacionados principalmente a valores adiantados para importação de máquinas e insumos para execução dos projetos de instalações de usinas solares fotovoltaicas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento diversos	2.895	3.572	2.895	2.913.110
Adiantamento para aquis. sistema gerador	-	-	-	17.063.648
Total	2.895	3.572	2.895	19.976.758

9. Operações com partes relacionadas

9.1- Contas a receber - partes relacionadas

Os saldos abaixo são provenientes a restituição de obras de rede e outros custos desembolsados pela Companhia

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Autogeração Solar Participações	-	-	301.918	300.000
Autogeração Solar Holding	-	-	2.000	-
Autogeração Solar Icem Ltda	-	-	2.160.948	-
Autogeração Solar Tanabi Ltda	-	-	914.437	-
Autogeração Solar Werneck II Ltda	-	-	787.892	-
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	-	-	1.370.214	-
Autogeração Solar Bebedouro Ltda	-	-	33.000	-
Autogeração Solar Smart Paraíba do Sul	-	-	24.229	-
Autogeração Solar Itaqui	-	-	111.745	-
Autogeração Solar Sapucaia IV	-	-	1.840.871	-
Autogeração Solar Caninhas	-	-	1.687.568	-
Autogeração Solar Itaqui IIA	-	-	1.551.344	-
Autogeração Solar Itaguaí	-	-	118.570	-
Solargrid Geração e Comercialização S.A	5.397.222	-	5.433.602	-
Solargrid Locação de Equipamentos	-	-	-	818.504
Solargrid Franqueadora	-	-	17.503	17.503
Autogeração Solar Metropolitana	-	-	11.327	11.327
Autogeração Solar RJ Sul Fluminense	-	-	-	111.201
Autogeração Barra Mansa I-B	-	-	-	67.860
Autogeração Solar Bom retiro	-	-	-	79.534
	-	-	-	-
Total	5.397.222	-	16.367.169	1.405.929
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	5.397.222	-	16.367.169	1.405.929

9.2 - Contas a receber - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Autogeração Solar Participações	4.216.907	4.109.949	4.126.338	4.109.949
	-	-	-	-
Total	4.216.907	4.109.949	4.126.338	4.109.949

10. Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	2023				Saldo em 31/12/2023
			Adição	Transferencia	BAIXA	Depreciação	
Terrenos		20.000	-	-	-	-	20.000
Máquinas e equipamentos	10%	582.015	8.858	-	-	(88.363)	590.873
Computadores e periféricos	20%	666.720	10.248	-	-	(92.246)	676.968
Moveis e utensílios	10%	37.206	16.935	-	-	(6.031)	54.141
Benfeitorias	4%	251.384	-	-	-	(12.359)	251.384
Direitos de uso de software	20%	11.371	33.189	-	-	(21.172)	44.560
Usina eleva		739.857	-	-	-	(35.329)	739.857
Imobilizado em andamento		1.235.079	14.477.286	(8.715.699)	-	-	6.996.667
Total		3.543.632	14.546.516	(8.715.699)	-	(255.501)	9.374.450
Custo		3.543.632					9.374.450
Depreciação acumulada		(832.166)					(255.501)
Imobilizado líquido		3.543.632					9.118.949

Imobilizado em andamento

Os valores contabilizados no imobilizado em desenvolvimento correspondem aos custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

11. Investimentos

	Saldo em 31/12/2022	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2023
Solargrid Comércio	8.271.494	-	(1.193.918)	2.088.502	9.192.425
Investimento total					9.192.425

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: Solargrid Comércio	99,99	77.998.297	9.292.735	6.918.047	134.931.623	(1.194.038)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aquisição de equipamentos sistema gerador	-	-	13.001.779	10.606.129
Fornecedores diversos	44.368	101	1.749.510	1.320.112
	44.368	101	14.751.289	11.926.241

13. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pis s/ faturamento	1	-	244.299	204.878
Cofins s/ faturamento	1	-	1.330.027	1.135.648
Impostos retidos	66	-	311.903	255.905
ISS	-	-	1.201.328	57.913
IRPJ e CSLL	-	-	1.262.698	1.262.698
Total	67	-	4.350.255	2.917.042

14. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Taxa	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Bancários	R\$	16,90%	4.664.536	3.652.390	25.569.338	44.552.390
Juros			219.286	83.058	905.029	1.207.887
Gastos estruturais			-	-	(50.000)	-
Contas garantida			-	-	72	-
Instrumento financeiro Hedge			78.955	486.015	78.955	486.015
(-) Custos de estruturação da dívida			-	-	-	-
Passivo circulante			4.962.776	4.221.463	26.503.395	46.246.292
Passivo não circulante			-	-	-	-

15. Adiantamento de clientes

O saldo da conta reflete valores recebidos de clientes referentes ao contrato de EPC e são baixados com a emissão da nota fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a clientes	7	7	26.746.753	16.979.643
Total	7	7	26.746.753	16.979.643

16. Patrimônio Líquido**Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 10.078.220 e está representado por 7.200.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

	Qde de ações		Capital	
	2023	2022	2023	2022
Marcos Amado Andrade	5.133.638	5.133.638	6.121.511	6.121.511
Oskar Fossati Metsavaht	2.238.825	2.238.825	2.669.720	2.669.720
Bruno Shelton Carvalho de Paoli	980.000	980.000	1.168.066	1.168.066
Diogo Zevarucha Pinheiro	100.000	100.000	118.923	118.923
Total	8.452.463	8.452.463	10.078.220	10.078.220

16.2. Resultado

A Companhia registrou prejuízo no montante de R\$ (4.666.448)

	Resultado do exercício	
	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício		
(-) Prejuízo do período	(2.273.698)	(2.392.750)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

17. Receita Líquida operacional

	2023	2022
Venda do Sistema Gerador	111.553.106	97.272.412
Receita de serviços	38.189.992	21.615.998
Receita de aluguel	207.160	189.230
(-) Impostos federais	(13.870.399)	(1.175.717)
(-) Impostos municipais	(1.148.236)	(204.080)
Total	<u>134.931.623</u>	<u>117.697.844</u>

18. Custos operacionais

	2023	2022
Custos de mercadorias vendidas	(88.187.800)	(77.089.854)
Custos de serviços prestados	(24.676.104)	(21.024.373)
Materiais utilizados em instalações	(1.901)	-
Custo com pessoal	(5.466.750)	-
Veículos	(5.240)	-
Aluguéis e arrendamento	(27.586)	-
Custos gerais	(4.395.347)	-
O&M	(342.953)	-
Outros custos	-	929.369
Total	<u>(123.103.681)</u>	<u>(99.043.596)</u>

19 - Despesas administrativas

A composição das despesas administrativas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Despesas comerciais	-	-	(30.242)	-
Despesas com pessoal	-	-	(2.004.304)	(3.495.278)
Aluguéis	-	-	(279.128)	(269.826)
Despesas de escritório	-	-	(737.341)	(700.706)
Utilidades e serviços	(58.686)	-	(443.485)	(122.892)
Serviços de terceiros	(43.333)	(11.860)	(3.676.566)	(3.965.542)
Viagens e representações	-	-	(71.693)	(210.958)
Taxas	(4.896)	(7.705)	(137.808)	(127.954)
Depreciação	-	-	(263.767)	-
Publicidade	-	-	-	(113.010)
Outros	-	(17)	-	-
	<u>(106.916)</u>	<u>(19.582)</u>	<u>(7.644.333)</u>	<u>(9.006.166)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

20 – Resultados financeiros

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	45	214	76.694	178.757
Variação cambial ativa	100.945	267.220	215.183	267.220
Variação cambial ativa Hedge	486.015	-	486.015	-
Descontos obtidos	-	-	-	181.523
Outras receitas	-	-	-	159
	<u>587.004</u>	<u>267.433</u>	<u>777.891</u>	<u>627.659</u>
Despesas financeiras				
Juros	-	(75.900)	(7.113)	(2.022.708)
Despesas bancárias	(74.372)	(33.801)	(120.529)	(277.106)
Variação cambial passiva	-	(784.849)	-	(784.849)
Variação cambial passiva hedge	(78.955)	-	(78.955)	-
Descontos concedidos	-	-	(7.605)	(37)
Multas	(335)	-	(16.792)	(774.232)
Despesas IOF	(171)	(115)	(38.719)	(53.939)
Perda de hedge	(640.729)	(25.386)	(640.729)	(25.386)
Juros sobre empréstimos	(765.306)	-	(4.671.282)	-
	<u>(1.559.867)</u>	<u>(920.051)</u>	<u>(5.581.724)</u>	<u>(3.938.257)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(972.863)</u>	<u>(652.618)</u>	<u>(4.803.833)</u>	<u>(3.310.598)</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reconciliação para taxa efetiva:	(14.342.239)	(14.342.239)	-	-
Adições	3.585.560	1.290.801	-	-
Despesas de Equivalência Patrimonial	(4.666.601)	(1.679.976)	-	-
Receitas de Equivalência Patrimonial	1.350.986	486.355	-	-
Base de prejuízo fiscal	(269.945)	(97.180)	-	-
Alíquota vigente	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receitas/Despesas	-	-	-	-
Imposto - corrente	-	-	-	-
Imposto - diferido	-	-	-	-
Impostos Líquidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva - %	-	-	-	-

22. Provisões judiciais

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

23. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

A Empresa contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros sem proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros:

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

24. Seguros

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	
Importância		
SolarGrid Holding	31/10/2024	20.000.000